Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano I nº 22
6/11 a 12/11/1996
Contribuição R$ 1,00

Metalúrgicos param contra arrocho

Diga não à reeleição

Deputado petista pede expulsão de Vitor Buaiz

página 4

Chapa do MTS vence eleições no Sintufrj

página 9

Presos políticos argentinos serão julgados dia 11

página 12

C U R T A S

Privatizações I. O governo do estado de São Paulo está acelerando a privatização de seu setor elétrico. Foi publicado o edital de contratação de serviços de consultoria de avaliação, reestruturação e modelagem da venda da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e da Eletricidade de São Paulo (Eletropaulo). O governo espera arrecadar US$ 9 bilhões com as privatizações. Vai ser um bom negócio para os tubarões: elas tem um patrimônio líquido de US$ 20 bilhões.

◆

Privatizações II. O Conselho Monetário Nacional aprovou o protocolo que permite a privatização dos bancos estaduais de Minas Gerais. O Bemge e o Credireal vão entrar na roda. O governador de Minas, Eduardo Azeredo (PSDB), pretende privatizar o Credireal ainda este ano. Velocidade máxima. O Bemge fica para o ano que vem. Os compradores devem ganhar um brinde. O estado vai pagar as aposentadorias dos funcionários desses bancos, livrando os compradores de pesados encargos.

◆

Monopólio. A Igreja Universal do Reino de Deus já possui o segundo maior monopólio do setor de comunicações. Semana passada, a igreja do bispo Edir Macedo comprou a TV Marajoara do Pará. Ao todo, ela tem 16 emissoras, apenas uma a menos do que as Organizações Globo da família Roberto Marinho. A Igreja Universal já possui emissoras nas capitais de São Paulo, Pará, Santa Catarina, Goiás, Minas Gerais e do Distrito Federal. Mas não pretender parar por aí. A médio prazo pretende espalhar seus tentáculos por fortaleza, Vitória, Porto Alegre, Maceió, Aracaju e Recife. Para isso conta com o apoio do PSDB, cujo candidato apoiou nas eleições de São Paulo. É dando que se recebe.

◆

Centralização. As multinacionais do setor de autopeças continuam avançando sobre as empresas nacionais. Merhege Cachum, presidente da Associação Brasileira de Material Plástico (Abiplast), denunciou que as múltis estão estrangulando as empresas nacionais e comprando-as por preços muito inferiores ao patrimônio dessas empresas. Quem apostava na dinâmica das pequenas empresas quebrou a cara. A centralização do capital é cada vez maior e o domínio das grandes multinacionais cresce a cada dia.

◆

Globalização. A Organização Mundial do Comércio (OMC) divulgou estudo sobre os investimentos estrangeiros que desmente muitas das bobagens afirmadas pela equipe de FHC. Por mais que o Brasil abra sua economia e faça concessões ao capital internacional, a parcela de investimentos que atrairá continuará sendo insignificante. Segundo a OMC, os países desenvolvidos absorveram, entre 1985 e 1995, 73% de todo o investimento estrangeiro direto realizado no mundo. Esses países já acumulam 92% de todos os investimentos diretos. Rico investe em rico. Nesse período os Estados Unidos garfaram US$ 477 bilhões, contra apenas 20,3 bilhões do Brasil. Embora nosso país seja apresentado pelo governo como a oitava economia do mundo, ficou em 18º lugar na recepção de investimentos diretos.

O QUE SE VIU

Ormuzd Alves

Acidente de avião da TAM em 31/10/96 deixa pelo menos 98 mortos em São Paulo. Tragédia abre debate sobre a segurança nos vôos das companhias aéreas. Concorrência entre empresas vem motivando redução nos gastos com manutenção e aumento da jornada de trabalho do pesoal de terra e ar.

O QUE SE DISSE

"Nas últimas semanas, houve um claro aumento na taxa de otimismo acerca das perspectivas macroeconômicas de curto prazo".
Empresários manifestam otimismo no Informe Conjuntural da CNI, setembro.

"A rapidez e a intensidade com que está ocorrendo a deterioração da balança comercial neste último trimestre do ano causaram surpresa e impõem a necessidade de avaliar os rumos da política econômica".
Empresários manifestam pessimismo no Informe Conjuntural da CNI, outubro. As boas perspectivas "de curto prazo" anunciadas em setembro duraram menos de um mês para os empresários. A coerência do pessoal e o alcance de suas análises é algo de assombrar.

"É grotesco propor 'esfriamento' da economia como se ela estivesse aquecida. Em setembro, as vendas da indústria ao comércio caíram 0,3% na comparação com agosto. Às portas do Natal. Esfriar o quê?"
Reclamação do jornalista econômico Aloysio Biondi no dia 5/11/96 na Folha de S. Paulo. Biondi não gostou nada da proposta do governo de promover restrições ao consumo para combater a enxurrada de importações.

"O quebra-quebra traduz um estado de ânimo que pode indicar, se de fato não indica, que já se deu uma mudança na consciência coletiva e que a paciência dos humildes está chegando ao fim apesar do êxitos do real".
O editorialista do conservador O Estado de S. Paulo, Oliveiros S. Ferreira, anda preocupado com o quebra-quebra na estrada de ferro Santos-Jundiaí (4/11/96).

P S T U

◆**Nacional:** Tel - 549-9699/575-6093 (SP) ◆ **São Paulo (SP):** Rua Nicolau de Souza Queiroz 189 - Paraíso - Tel (011) 572-5416 ◆ **São Bernardo do Campo (SP):** Rua João Ramalho 64 - Tel (011) 756-0382 ◆ **Guarulhos (SP):** Rua Glauce Souza Lima 17 Vila Augusta ◆ **São José dos Campos (SP):** Rua Mario Galvão 189 Centro Tel (0123) 41-2845 ◆ **Rio Claro (SP):** Av. 1, 1143 Centro - Tel 24-0193 ◆ **Niterói (RJ)** Rua Marques de Caxias 87, centro ◆ **Rio de Janeiro (RJ):** Rua da Candelária 87 4º And. Tel (021) 233-7374 ◆ **Florianópolis (SC):** Av. Hercílio Luz, 820 - centro CEP 88020-001 ◆ **Duque de Caxias (RJ):** Rua Nunes Alves 75 Sala 602 ◆ **Belo Horizonte (MG):** Rua Padre Belchior, 289 Centro Tel: (031) 226-3460 ◆ **Natal (RN):** Av. Rio Branco 815 Centro ◆ **São Luís (MA):** Rua Candido Ribeiro, 441 Sala 1 Centro - (098) 232-4683 ◆ **Maceió (AL):** Rua 13 de Maio 87 Poço ◆ **Brasília (DF):** SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - cep 70391-900 Tel (061) 225-7373 ◆ **Goiânia (GO):** (062) 229-2546 ◆ **Belém:** Rua Riachuelo, 134 Comércio Tel (091) 225-3042 ◆ **Manaus (AM):** Rua Emilio Moreira 821 Altos Centro (092) 234-7093 ◆ **Recife (PE):** Rua da Gloria, 472 Tel (081) 231-3800 ◆ **Fortaleza (CE):** Av. da Universidade 2333 Centro - Tel 221-3972 ◆ **Porto Alegre (RS):** Rua Borges de Medeiros, 549 4º andar Centro ◆ **Passo Fundo (RS):** Rua Teixeira Soares, 2063 ◆ **São Leopoldo (RS):** Rua São Caetano, 53 ◆ **Terezina (PI):** Rua Lizandro Nogueira 1655 sala 02 - Centro ◆ **Aracajú (SE):** Av. Pedro Calazans 491 sala 105

O nosso endereço eletrônico é: **sede.pstu@mandic.com.br**

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81. Endereço: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - bairro Saúde - São Paulo-SP-CEP 04126-000. Impressão: Gráfica Vannucci

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Junia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary, Enio Bucchioni e Carlos Bauer
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)
DIAGRAMAÇÃO
Inácio Marcondes Neto

EDITORIAL

Retomada das mobilizações

Quando fechávamos esta edição do jornal **Opinião Socialista** começava a greve dos metalúrgicos do estado de São Paulo. A paralisação começou com muita força nas zonas sul e oeste de São Paulo, nas autopeças do ABC e em algumas montadoras como Mercedes, Ford e Scania. Na GM e na Volkswagen, os metalúrgicos resolveram fazer assembléias no período da tarde para decidir se aceitariam ou não as propostas feitas por essas duas empresas, que, no caso da GM, praticamente atendia as reivindicações dos trabalhadores. Os metalúrgicos foram à luta contra o arrocho salarial e em defesa de suas conquistas trabalhistas.

Juntamente com os metalúrgicos pararam também, por tempo indeterminado, os químicos de São Paulo. Eletricitários, trabalhadores nos correios e telefônicos, aproveitaram a ocasião para fazer, em 6 de novembro, um dia de luta.

Independente do resultado final deste movimento e das negociações com as montadoras e os demais setores da patronal metalúrgica, essas greves, especialmente a dos metalúrgicos, indicam uma retomada das mobilizações. Os ritmos são desiguais. Já em setembro os metalúrgicos de Pernambuco haviam mostrado o caminho com uma vigorosa greve de três dias. No mesmo mês, os bancários também se colocaram em movimento, depois de cinco anos sem fazer greve.

Esta retomada tem a sua frente os trabalhadores do setor privado. Mas os servidores federais e os trabalhadores das estatais também começam a se mobilizar. Todas estas lutas não se limitam à reivindicação salarial.

As categorias que estão se mobilizando reivindicam a manutenção de antigos direitos trabalhistas, que a patronal quer eliminar. Quase ao mesmo tempo em que FHC publica um pacote de medidas provisórias cortando conquistas dos servidores federais, a patronal do setor privado ataca as cláusulas sociais dos metalúrgicos paulistas.

A patronal quer o mesmo que FHC: eliminar direitos trabalhistas e flexibilizar a contratação de mão-de-obra, precarizando o trabalho. Enquanto não mudam a Constituição, os empresários fazem o mesmo que FHC: atacam no varejo. Preparam o caminho para o fim dos direitos trabalhistas assegurados pela Constituição.

A luta contra o fim de conquistas sociais pode unir os trabalhadores de todas as categorias do setor público e do privado, contra a eliminação de direitos trabalhistas, contra a precarização do trabalho e a flexibilização da legislação trabalhista.

Por isso, o apoio ativo à mobilização dos metalúrgicos e dos químicos de São Paulo é um importante passo para construir a unidade de todos os trabalhadores e fortalecer a luta contra FHC. No dia 17 de dezembro, quando haverá uma jornada continental de luta contra as reformas neoliberais, os trabalhadores terão a oportunidade de avançar nessa unidade.

Charge publicada no jornal Folha de S.Paulo

OPINIÃO

Universidade na mira do MEC

Adilson Correia,
funcionário do DMT/Faced e estudante de Engenharia Civil da U. F. do Amazonas

O Exame Nacional de Cursos, pretende "medir" o desempenho dos formandos (inicialmente dos cursos Engenharia Civil, Direito e Administração) e, portanto da graduação das Instituições de Ensino Superior, desvinculando das outras áreas de atuação destas, como a Pesquisa e Extensão.

Pretende o MEC com este instrumento "avaliativo" tecnicista, produzir resultados falhos que desmoralizarão o processo de avaliação das instituições de ensino superior como um todo e, consequentemente inviabilizar novas tentativas, bem como é de notório flagrante a inadequação para o cumprimento das finalidades a ele atribuídas.

O provão na verdade é uma grave ameaça à autonomia das universidades, na medida em que possibilita a abertura de caminhos para uma possível adequação do sistema de ensino superior brasileiro às regras do livre mercado, necessidade ditada pelo FMI e pelo imperialismo norte-americano, dentro da ótica da Nova Ordem Mundial.

É preciso ficar claro que não somos contra a avaliação das instituições de ensino superior, desde que os instrumentos utilizados considerem principalmente: o respeito, a identidade institucional, a legitimidade, a autonomia didático-científica, administrativa e gestão financeira, bem como não seja de caráter punitivo ou premiativo e, finalmente, as Universidades Públicas devem proceder a sua própria avaliação, incentivando a sociedade e a comunidade universitária a fazer parte desta avaliação.

Somos sim, frontalmente contra o provão, por entendermos que é um modelo arcaico, extremamente excludente, reacionário, ortodoxo, neoliberal, burguês e que representa um verdadeiro estupro à Autonomia das instituições de ensino superior e, fundamentalmente porque esse provão não prova nada.

NÚMEROS

Maiores receptores de investimentos estrangeiros (entre 1985/1995)

		Invest. (em US$ Bilhões)	Invest. per capita (em US$)			Invest. (em US$ Bilhões)	Invest. per capita (em US$)			Invest. (em US$ Bilhões)	Invest. per capita (em US$)
1	E UA	477,5	1820	7	Holanda	68,1	4410	13	Itália	36,3	630
2	R. Unido	199,6	3410	8	Autrália	62,6	3470	14	Malásia	30,7	1520
3	França	138,0	2380	9	Canadá	60,9	2060	15	Alemanha	25,9	320
4	China	130,2	110	10	México	44,8	470	16	Suíça	25,2	680
5	Espanha	90,9	2320	11	Cingapura	40,8	13650	17	Argentina	23,5	130
6	Bélgica	72,4	6900	12	Suécia	37,7	4270	18	**Brasil**	20,3	2890

Fonte: Organização Mundial do Comércio

CARTAS

Ocupação em área nobre de Recife

No dia 27 de setembro, cerca de 60 famílias ocuparam um terreno de 8 mil metros quadrados em Recife. O tereno fica a 300 metros da badalada praia de Boa Viagem, o metro quadrado mais caro de Nordeste. A área pertencia a um antigo projeto de preservação ambiental, área de manguezais e lagoas que foi aterrado por especuladores imobiliários e empresários da nova indústria do "turismo".

O poder judiciário deu imediatamente uma liminar reitegrando o "dono do terreno", apesar deste não possuir nenhum título de posse, de locação ou qualquer outro documento que gere esse direito. Os meios de comunicação vociferaram contra os sem-teto que desobedeceram as ordens judiciais. Houve três tentativas de expulsão e só na terceira, dia 10 de outubro e com um aparato espetacular que envolvia até o corpo de bombeiros, os sem-tetos foram desalojados. Houve barricadas, paus, pedras e uma violenta repressão da tropa de choque.

As famílias, que já eram 200 cadastradas no final da ocupação, continuam organizadas e estão alojadas na União dos Moradores do Pina, preparando-se para voltar a ocupar novamente a área.

Joaquim Magalhães,
de Recife (PE)

ENTREVISTA *José Baiôco, deputado estadual do PT no Espírito Santo*

"Nós estamos lutando pela expulsão do governador"

A reforma do Estado que vem sendo imposta no Espírito Santo pelo governador petista Vitor Buaiz está sendo repudiada pelo movimento social. A maioria da bancada do PT na Assembléia Legislativa está contra as medidas do governo e também quer a expulsão do governador do partido. O ***Opinião Socialista*** *entrevistou o deputado estadual petista José Baiôco, que nos fala sobre essa situação. Baiôco também é membro da direção estadual do PT e coordenador do SOS Racismo.*

Sérgio Cardoso

José Baiôco

Opinião Socialista — Quais os principais pontos da reforma do governador Vitor Buaiz?

Baiôco — Em primeiro lugar, é importante dizer que não podemos admitir uma reforma que está sendo feita sem discussão com os movimentos sindicais e sociais do Estado e com os deputados e partidos que deram apoio a Vitor nas eleições e que, acima de tudo, fere as diretrizes partidárias e o programa democrático e popular construído para este governo.

Os principais pontos da reforma, dos quais discordamos, são: desestatização e flexibilização do controle de empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias e também a inclusão das ações das empresas como garantia para o pagamento do empréstimo do BNDES; o uso de moedas podres nas privatizações; a concentração de poder nas mãos do chamado Conselho de Estado; demissões, flexibilização e retirada de direitos de servidores públicos.

Opinião Socialista — Em que pé está essa reforma na Assembléia Legislativa? Que partidos estão apoiando-a?

Baiôco — A composição da base de apoio do governo Vitor na Assembléia é formada pelo PMDB, PSDB, PFL, PTB, PDT e PPR. O governo conseguiu aprovar quase tudo o que enviou para a Assembléia. A maioria do que já foi aprovado diz respeito aos servidores públicos e ao Programa de Desestatização, Reestruturação e Ajuste do Estado. que copia o Programa Nacional de Desestatização, seguindo à risca o projeto neoliberal de FHC.

Empréstimo com a CEF previa privatização e demissões no Banestes

Opinião Socialista — Por que ocorreram demissões no Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes)?

Baiôco — O governo firmou contrato com a Caixa Econômica Federal para garantir um empréstimo de R$ 105 milhões, no primeiro semestre deste ano. Nós fomos os primeiros a denunciar as diversas cláusulas que incluíam privatização de empresas públicas — em especial da Companhia de Saneamento (Cesan) e do Banestes.

O governo alega que o banco precisa ser competitivo. Ao invés de criar condições para isso, preferiu o caminho da privatização, fechando agências e demitindo 700 trabalhadores, a maioria mulheres casadas e muitos empregados com mais de 20 anos de banco.

Opinião Socialista—Como está a relação de Buaiz com a bancada do PT e com o próprio partido?

Baiôco — A relação com a bancada inexiste. Desde que tomou posse, o governo não discute com a bancada as suas decisões. Com o próprio partido, esta relação também inexiste. A maioria dos membros da direção estadual do PT defende o governo, mas a base do partido contesta todas as atitudes tomadas até agora.

Nós estamos lutando, não somente pela expulsão do governador, mas pela garantia da coerência partidária, visando resgatar as bandeiras históricas de luta do PT. Se em nível nacional, o partido se opõe vigorosamente ao projeto neoliberal do governo FHC, é inadmissível apoiar estas medidas impostas pelo governo Vitor aqui no Estado.

As relações perigosas de Buaiz

O governo de Vitor Buaiz é formado pelo PT (apenas a tendência petista Unidade na Luta está no governo), PSB (que tem o vice-governador e o Secretário de Agricultura, também em crise com o governo), PMDB e PSDB. Segundo Baiôco, o governo também tem uma ótima relação com os grandes empresários inadimplentes do Estado.

Na Assembléia Legislativa, são os partidos da classe dominante que bancam as reformas de Buaiz. O PT tem quatro deputados (além de Baiôco, Cláudio Vereza, Brice Bragato e Juca Alves). Apenas Juca Alves, que era líder do governo na Assembléia até licenciar-se para disputar a prefeitura de Cariacica, defende e vota nas propostas de Vitor Buaiz. Atualmente, o líder do governo é do PDT.

"Governo deveria cobrar dívida dos sonegadores"

Opinião Socialista — Um dos argumentos do governador para essa reforma é que a folha de pagamento é inviável. Existem distorções na máquina do Estado?

Baiôco — O Tribunal de Contas do Estado acaba de rejeitar as contas do primeiro ano desse governo. Um dos questionamentos é exatamente o gasto com a folha de pagamento que, de acordo com a análise do Tribunal, não chega a 61%, ou seja, o governo gasta menos do que os 65% constitucionais. Outra irregularidade é que o governo Vitor não aplicou nem os 25% na educação, que são o mínimo exigido pela Constituição Federal.

O governo deveria se empenhar em cobrar a dívida ativa acumulada pelos grandes sonegadores, rever o repasse do Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias aos empresários (em 1996, foram comprometidos 42% do ICMS líquido do Estado), além de buscaro diálogo e a transparência em suas ações.

Opinião Socialista — E que outras alternativas você apresentaria à reforma de Buaiz?

Baiôco — Ao contrário do que o governo quer fazer crer, nós temos apresentado propostas para enfrentar a crise econômico-financeira e viabilizar a administração. Elaboramos um projeto substitutivo propondo: uma revisão tributária para evitar distorções nos benefícios e subsídios concedidos às grandes empresas, a melhoria dos serviços públicos, a diminuição da estrutura dos cargos comissionados, profissionalização da administração e a discussão com o Legislativo do seu programa de reestruturação do Estado.

Categoria iniciou greve em todo estado de São Paulo

Metalúrgicos param contra arrocho salarial

Mariucha Fontana,
da redação

Quando fechávamos esta edição, no dia 6 de novembro, iniciava-se a greve dos metalúrgicos do estado de São Paulo, unificada com os químicos.

As duas categorias estão em sua data-base e a patronal, até o dia 5, estava oferecendo reajuste zero — com exceção da Anfavea (Sindicato patronal das montadoras) que tinha apresentado uma proposta de 4,69% sobre o salário de janeiro e 4,69% sobre o salário de julho de 1997, o que não repõe as perdas do ano — e ainda propunha a retirada das cláusulas sociais, principalmente as que se referem ao adicional sobre horas extras e trabalho noturno.

A patronal, através do acordo coletivo, quer retirar também conquistas garantidas pela constituição como, por exemplo, a licença parternidade.

Diante da iminência da greve, um dos cinco sindicatos patronais — o das montadoras — se dividiu. A General Motors aceitou repor a inflação do ano (12%), bem como recuou da retirada das cláusulas sociais do acordo coletivo e garantiria um abono. Os trabalhadores aceitaram a proposta.

A Volks, por sua vez, propôs dar os 12% a partir de janeiro de 1997, R$ 2.000,00 de participação nos lucros e um abono em janeiro, referente aos 12% e também recuou da retirada das cláusulas sociais do acordo coletivo. Em assembléia realizada na tarde do dia 6 os trabalhadores votaram (por 60% a 40%) aceitar a proposta da empresa. Boa parte dos metelúgicos queriam os 12% já e não em janeiro.

Os trabalhadores da Ford de São Bernardo realizaram assembléia na manhã do dia 6 e cruzaram os braços. Quando fechávamos essa edição, a negociação com a empresa ainda continuava e uma nova assembléia estava para ser convocada. A Ford aceitava repor as perdas e não retirar as cláusulas sociais, no entanto negava-se a conceder R$ 2.200 a título de participação nos resultados, como exigiam os trabalhadores, oferecendo apenas R$ 1.200.

Duas outras montadoras, Mercedez e Scania, não fizeram nova proposta e os trabalhadores iriam à greve.

Por outro lado, os outros quatro sindicatos patronais, entre eles o Sindpeças (auto-peças) seguiam intransigentes: ofereciam reajuste zero e sequer tinham negociação marcada.

Os trabalhadores de várias auto-peças do ABC, como a Arteb e Polimatic, pararam de manhã e realizaram uma manifestação em Diadema.O sindicato, no entanto, defendeu nesta assembléia que a greve se restringisse ao dia 6 e que fosse dado um prazo até o dia 10, domingo, para as empresas negociarem.

No dia 7, trabalhadores de outras fábricas iriam entrar em greve. Aparentemente, a estratégia do sindicato é a negociação por empresa. É questionável, no entanto, a eficácia da paralisação de setores isolados e o recuo imediato da greve na Volks, já que havia condições de seguir com o movimento e pressionar mais a

Greve pode fortalecer demais categorias

Domingo, dia 10, haverá uma nova assembléia geral dos metalúrgicos do ABC que pode deflagrar greve por tempo indeterminado em todas as empresas que não garantirem a reposição integral das perdas.

Em São Paulo, teve início o que o sindicato está chamando de "greve canguru". No dia 6 pararam as fábricas da zona sul e zona oeste da cidade. No dia seguinte deveriam parar as da zona leste e norte. No outro dia começaria tudo de novo. Ou seja, é uma greve "dia sim" e "dia não". Uma tática questionável, já que não pára a produção de uma única vez e totalmente. Não tínhamos ainda, quando fechávamos essa edição, um quadro da greve em todo o interior.

O movimento grevista dos metalúrgicos e químicos é de fundamental importância e deve contar com o apoio e a solidariedade de todas as demais categorias de trabalhadores. Pois, se forem vitoriosos, essa greve será uma referência para todos os trabalhadores e poderá criar melhores condições para uma jornada de luta contra o plano de FHC. (M.F.)

PSTU não apóia PT em Aracaju

Diretório do PSTU,
de Aracaju (SE)

O resultado das eleições municipais de Aracajú vem confirmar o que o PSTU afirmou na sua campanha, nos debates e nos programas eleitorais: era preciso desmunicipalizar o pleito e transformá-lo num plebiscito para derrotar FHC e seu projeto neoliberal.

Abertas as urnas, mesmo com 2º turno em várias capitais e cidades importantes, FHC decreta um pacote que resultará em milhares de demissões para servidores públicos, retirada de conquistas históricas dos trabalhadores e mais ataques às organizações sindicais.

Embora ainda vá ocorrer o 2º turno em Aracaju, com a participação de PT, PCB, e PCdoB, envolvendo dezenas de bons militantes, com o leque de alianças que vem sendo formado, o discurso vai continuar dentro do padrão de quem fez mais obras ou administra com maior transparência, sem nenhum confronto ou até mesmo oposição às reais causas das mazelas que hoje ameaçam o povo trabalhador.

Barganha para 1998

Mesmo entendendo que existem diferenças entre a candidatura do petista Ismael Silva e a candidatura de José Gama (PMDB), constatamos que ambas fazem parte de uma coligação eleitoral formada em 1994 e fazem destas eleições um capítulo da barganha política para 1998. Essas candidaturas expressam publicamente vinculações com grupos econômicos e partidos tradicionais, o que leva o PSTU a não manifestar apoio a nenhum dos dois candidatos.

Confiamos que os que votaram no nosso programa no primeiro turno saberão qualificar seu voto no segundo.

Oposição de verdade

Para o PSTU, a participação nas eleições não pode ser desvinculada da estratégia de unir a classe para derrotar os governos de FHC e Albano Franco e o projeto neoliberal. Por estas razões, é que nos orgulhamos da qualidade de nossa votação em Aracaju, Lagarto, Laranjeiras e Ribeirópolis, por considerarmos que o partido está definitivamente implantado em Sergipe, onde a partir de agora, vamos trabalhar para nos firmarmos como verdadeiro partido de oposição no estado.

FMI e capital querem mais 4 anos para FHC

Mariúcha Fontana,
da redação

O projeto de reeleição de Fernando Henrique obedece aos interesses do FMI, do sistema financeiro internacional e dos grandes capitalistas, no sentido de garantir a continuidade da aplicação do seu projeto neoliberal, de modo a manter e aumentar os lucros, os negócios e a valorização desse capital às custas de um patamar superior de exploração dos trabalhadores brasileiros e da entrega do patrimônio público. Uma pesquisa realizada pela revista *Exame* com as 120 maiores empresas do país, constatou que 90,6% dos empresários são a favor da emenda da reeleição.

Os grandes empresários e, em particular, o sistema financeiro têm ganho rios de dinheiro com o avanço do plano de FHC: com os altos juros pagos ao capital especulativo, com a entrega das estatais a preço de banana, com o sucateamento dos serviços públicos e sociais, com a desindexação dos salários e com o desemprego. Porém, sob a ótica deles, é preciso avançar mais. O projeto ainda está atrasado.

A aprovação da reeleição, do ponto de vista deles, daria mais força e mais tempo para FHC chegar até onde eles querem: entregar todas as estatais mais lucrativas; garantir a continuidade da abertura comercial escancarada, de modo a favorecer a ocupação do mercado interno para os monopólios internacionais, seja levando à falência setores da indústria nacional, seja abocanhando as mesmas.

Também faz parte dessa agenda a realização das reformas da Previdência e Administrativa, de modo que o Estado não gaste mais dinheiro com aposentadorias e prestação de serviços públicos. Mas sim, com o pagamento em dia dos juros aos banqueiros e com alguma infra-estrutura para baratear os produtos da indústria. Por fim, o sonho de todos os capitalistas é que o governo liquide de vez com todas as conquistas sociais e trabalhistas (licença maternidade, férias, 13º salário etc) de modo a aumentar suas taxas de lucro.

Lula Marques

O continuísmo, portanto, é parte da receita neoliberal. A reeleição aqui, como foi na Argentina, é o segundo tempo para tentar definir o jogo contra os trabalhadores. De cara, com a mesma aprovada, estaria garantida a unidade da enorme maioria da classe dominante em torno de um único candidato, bem como fortaleceria o governo para avançar de imediato numa série de ataques e prepararia terreno para os futuros.

Vai ter barganha e muita

Fernando Silva,
da redação

FHC jura que a tramitação da emenda da reeleição não vai ser um balcão de negócios (esse também é um desejo dos grandes empresários). Mas ao que tudo indica, isso só ficará nas juras e desejos. A maciça unidade dos empresários e do capital internacional em torno da reeleição, não se reflete diretamente e sem mediações no parlamento. Se quiser mesmo aprovar o direito a tentar um novo mandato, FHC vai ter que barganhar muito com um Congresso Nacional que reflete em grande parte as oligarquias regionais ávidas por disputar verbas e privilégios, ou seja, em rapinar o aparelho de Estado nesses tempos de enxugamento neoliberal.

A previsão dos próprios governistas é que a emenda só deverá ser votada em março, após as eleições para as presidências do Senado e da Câmara dos Deputados. Aqui é onde está concentrado hoje o principal foco de chantagem e barganha. Para que não fique dúvida a esse respeito, basta lembrar que o deputado petista José Genoíno conseguiu mais que as 177 assinaturas necessárias para colocar em pauta a proposta de um referendo popular que decida sobre a reeleição. Detalhe: metade das assinaturas vieram de deputados governistas. Outro problema é que 11 membros da recém instalada Comissão da Reeleição na Câmara dos Deputados declaram-se "indecisos". Outro detalhe: não há membros dos partidos da oposição nessa comissão.

Sebastião Moreira

Maluf pode ser pedra no sapato de FHC

Também não se pode ignorar o poder de barganha dos governadores. Eles não vão hesitar em colocar o voto das suas bancadas junto com as negociações com o governo federal em torno das dívidas dos estados. Isso para não falar em Paulo Maluf. Ele corre em faixa própria com seu projeto presidencial para 1998 (por esse "nobre" objetivo se opõe a reeleição) e pode ser uma pedra no sapato de FHC nessa negociação.

Resumo: vai haver barganha sim, quanto vai custar, ou seja, o tamanho dela, são outros quinhentos. É isso que preocupa expressivos setores do capital. Embora afinados com a tese da reeleição, temem que o governo fique paralisado nas reformas e privatizações, perca tempo demais com a tramitação da reeleição e desgaste-se perante a população enquanto se avolumam os problemas que ameaçam o plano econômico (os déficits do tesouro e da balança comercial) sem que o governo possa tomar as iniciativas mais sérias para revertê-los.

A. Neto

Reeleição é casuísmo e golpismo

Os porta vozes oficiais e oficiosos do governo federal querem convencer a população que o debate em torno da reeleição vai no sentido de aperfeiçoar a "democracia", dar o direito de um "bom governo" tentar um novo mandato, como acontece por exemplo, nos Estados Unidos. Há órgãos tão descarados, como a revista *Exame*, que chegam a dizer que: *"Se é bom para os Estados Unidos..."*.

Não há democracia nenhuma nisso, mesmo do ponto de vista das próprias Constituições burguesas do país que sempre adotaram o critério de renovação do présidentes. A própria anti-democrática Revisão Constitucional de 1993 referendou o mandato de quatro anos.

FHC e grande capital não querem nem ouvir falar de referendo

O casuísmo começa com o fato de que FHC quer mudar a Constituição para beneficiar o seu mandato, após estar no governo há dois anos. De quebra, quer ter o direito de não ter que se descompatibilizar com o cargo nas vésperas da eleição. Ou seja, quer o direito de usar descaradamente a máquina e o poder estatal para a sua campanha eleitoral. Só isso.

Mas tem mais. Junto com a emenda da reeleição, FHC quer enfiar uma reforma política para diminuir a democracia. Por exemplo, a introdução das cláusulas de barreiras, mecanismo pelo qual os partidos precisariam ter um determinado índice de votos nacionalmente para poderem continuar disputando eleições majoritárias; o voto distrital misto (a oficialização dos currais eleitorais) e até a tentativa de acabar com os segundos turnos nas eleições municipais e estaduais. Mas não nas presidenciais.

Se o governo e seus porta-vozes da classe dominante estivessem de fato interessados em uma mudança constitucional ou numa reforma política para "aperfeiçoar a democracia", convocariam uma Assembléia Constituinte para esta finalidade e proporiam comoprimeira emenda a revogabilidade dos mandatos, ou como mínimo, convocariam um referendo popular precedido de um amplo e democrático debate. FHC e o grande capital não querem nem ouvir falar em referendo. São muito democráticos esses senhores...

O argumento "democrático" do governo é, portanto, uma conversa para boi dormir. Não é isso que esta em debate (para eles). FHC quer mudar a Constituição para tentar um novo mandato para dar sequência a cartilha neoliberal até 2002. FHC quer mudanças na própria legislação eleitoral para ter menos oposição, mais controle e tranquilidade para poder governar com ainda mais medidas provisórias. Que ninguém se iluda, para FHC e o capital, Fujimori é um exemplo ou um sonho (ainda que sutilmente) a ser seguido. **(F.S.)**

Por salário, emprego e terra, diga não à reeleição

A primeira conclusão política e prática desta ofensiva do governo pela reeleição é que precisamos organizar uma campanha para ganhar às ruas contra a manobra autoritária de FHC.

O PSTU faz um chamado à formação da mais ampla frente de partidos de esquerda e de oposição, sindicatos, associações e organizações do movimento popular, dos sem-terras, entidades estudantis e democráticas para colocar nas ruas essa campanha.

Mas o chamado a essa frente não significa que os partidos de esquerda e as organizações da classe operária não levantem as reivindicações dos trabalhadores. Isso pela simples razão que a motivação do presidente e do grande capital é conseguir um novo mandato para FHC aprofundar a aplicação da cartilha neoliberal.

Ou seja, a luta contra a reeleição é parte da luta para derrotar o projeto estratégico de FHC, dos grandes capitalistas, do FMI e do Consenso de Washington. A luta contra a reeleição é parte da luta por reforma agrária, emprego, salário, manutenção dos direitos sociais e por mais e melhores serviços públicos.

Por isso, a esquerda precisa estimular e apoiar os movimentos sociais; as lutas por salários, contra os ataques às conquistas sociais e pela terra. Na prática isso significa colocar nas ruas uma campanha de oposição prá valer a FHC e seu projeto

Não se pode limitar a luta contra a reeleição a esse Congresso Nacional de picaretas. Por exemplo, a correta proposta de referendo apresentada pelo deputado petista José Genoíno também tem que ser assumida nas ruas, pelo povo e os trabalhadores, até porque muitos dos governistas que assinaram essa proposta podem abandoná-la na primeira boa barganha com o governo federal. Por isso, é lamentável a atitude da candidata petista Luiza Erundina que recusou um pedido da bancada federal do seu partido de abrir seu programa eleitoral para o PT pronunciar-se contra a reeleição.

A situação da Argentina sob a batuta de Menem é um exemplo prático do que nos aguarda se triunfar o projeto de FHC. A Argentina hoje é o Brasil amanhã. Vamos portanto dizer um sonoro Não! a este verdadeiro golpe contra os trabalhadores que é a emenda de reeleição para presidente.

Eraldo Platz

Oposição vence eleição em Universidade Federal

Beth Monteiro,
do Rio de Janeiro (RJ)

*Na eleição para a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Sintufrj), realizada nos dias 22, 23 e 24 de outubro, a Chapa 4 (**Oposição Sindical - É Hora de Reagir**), do **Movimento por uma Tendência Socialista (MTS)** foi a mais votada, ficando com 10 dos 24 cargos da diretoria da entidade.*

A atual diretoria era representada pela Chapa 1 (Ousar Lutar, Ousar Vencer), vinculada à Alternativa Sindical Socialista (ASS). Também concorreram a Chapa 2 (Arrebentação) e a Chapa 3 (A Base Vai à Luta).

*A vitória da **Oposição Sindical - É Hora de Reagir** foi resultado de sua representatividade na base da categoria, de sua atuação e do programa que privilegia a ação e a organização dos funcionários por melhores condições de trabalho e de salário. Para nos falar sobre essa vitória do **MTS**, conversamos com Lenin dos Santos Pires, militante do **PSTU** e um dos novos eleitos para a diretoria.*

Resultado das eleições do Sintufrj

	Votos	Porcentagem/ Cargos
Chapa 1	1.778	30,81% (10)
Chapa 2	908	17,73% (4)
Chapa 3	819	14,19% (3)
Chapa 4	**2.266**	**39,27% (7)**

Opinião Socialista — Como você avalia essa vitória da oposição?

Lenin — A categoria reagiu contra a postura vacilante da *Alternativa Sindical Socialista.* Tanto é assim que quase 70% dos votos foram dados às chapas de oposição. Foi uma votação contra a sua tentativa equivocada de combater os ataques que o governo vem promovendo à autonomia universitária simplesmente através da apresentação de uma pauta de reivindicações ao Congresso Nacional. A **Chapa 4**, apesar de não se opor à pressão sobre os parlamentares, defendeu que a única forma de conquistar a autonomia desejada pela comunidade é através da luta e da mobilização de toda a categoria. Os funcionários da UFRJ apostaram neste caminho.

Opinião Socialista — Quais foram as outras propostas defendidas pela Chapa 4?

Lenin — Nosso principal desafio é a luta contra o projeto neoliberal de FHC, defendido pela reitoria, e, particularmente, contra a Medida Provisória que prevê a demissão dos funcionários "não estáveis" e daqueles admitidos depois de outubro de 1993. Além disso não iremos dar trégua na luta contra a degeneração salarial. Também estamos preocupados em mudar radicalmente a relação entre a diretoria do sindicato e o conjunto da categoria.

Opinião Socialista — De que forma?

Lenin — Defendemos a estruturação e organização do sindicato a partir dos locais de trabalho, o que significa, entre outras coisas, a criação de comissões, o trabalho conjunto com os delegados sindicais e a formação de um conselho de delegados de base que seja a instância máxima de deliberação da categoria. Sendo a chapa majoritária na atual diretoria, nós queremos discutir esse projeto com o conjunto da categoria e demais correntes que compõe a direção do sindicato, repetindo na UFRJ uma experiência que vem dando certo na Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra).

PROFESSORES

Articulação defende Apeoesp burocratizada

Edgard Fernandes,
de Santo André (SP)

O 15º Congresso da Asssociação do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) será realizado entre os dias 6 e 9 de novembro, no momento em que os trabalhadores em educação enfrentam uma ofensiva brutal do governo.

A Reforma Educacional de FHC, aplicada em São Paulo pelo governador Mário Covas, tem por objetivo conter verbas, enxugar a máquina administrativa através de demissões e reduzir as funções do Estado em relação ao ensino, transferindo as responsabilidades para os municípios e parcerias com empresas. Ou seja, promove o sucateamento da rede pública de ensino e abre espaço para sua privatização.

Frente a estes ataques, a diretoria da Apeoesp (*Articulação Sindical*) privilegia a negociação em detrimento da mobilização dos trabalhadores, o que tem levado a categoria a derrotas sucessivas. Para aplicar sua política de conciliação, a *Articulação Sindical* vem conseguindo aprovar alterações estatutárias que estão acabando com a democracia no sindicato.

Exemplos disso são a ampliação do mandato da diretoria de dois para três anos, a modificação no critério para eleição do Conselho de Representantes (de um para cada 50 professores, para um para cada 100) e o próprio critério adotado para a realização deste 15º Congresso, que conta com 1.762 delegados fixos, dos quais 615 são natos.

Agora, a *Articulação Sindical* está defendendo a inclusão no Estatuto do quórum de 10% do número de sócios para as assembléias (o que significa que as assembléias da categoria só terão validade quando reunirem mais de 14 mil pessoas), a realização de reuniões do Conselho Estadual de Representantes (CER) a cada 3 meses e o número máximo de dois mil delegados nos congressos da Apeoesp.

Todos estes ataques à democracia são feitos sob o argumento de que a Apeoesp precisa se modernizar e adaptar-se aos novos tempos.

Arquivo

Diretoria da Apeoesp quer quórum de 10% nas assembléias

Em nossa opinião, para enfrentar os "novos tempos" do neoliberalismo e os ataques de FHC/Covas à Educação, é preciso aprofundar a democracia e ampliar a participação da base, com eleição da diretoria a cada dois anos; diretoria colegiada com proporcionalidade direta e qualificada; rodízio de diretores; reuniões mensais do CER; eleição dos delegados para o Congresso com o critério de um para cada 10 professores na escola e realização de assembléias, previamente convocadas, com o quorum de 1% dos associados.

O 15º Congresso tem também o desafio de aprovar um plano de lutas que prepare e organize a categoria para lutar em defesa do salário e do emprego e contra a municipalização do ensino.

Se correr o dólar pega, se ficar o dólar come

José Martins,
Economista e membro do Instituto de Estudos Socialista

Os atuais planos de estabilização monetária na América Latina têm muita coisa em comum. Mas a coisa mais importante é a política cambial. Em todos esses países, independentemente das suas diferenças econômicas internas, a moeda nacional tem que estar "ancorada" no dólar americano. A base destes planos neoliberais é esta *dolarização*: um peso argentino, por exemplo, faz seis anos que é igual a um dólar. O real, apesar de pequenas variações, também é obrigado a se manter sempre muito próximo de um dólar.

Luciana de Francesco

Capitais externos querem o minério da Vale do Rio Doce

Sem esta armadilha, não há estabilização neoliberal. Vale a pena, então, verificar como ela funciona no Brasil. Comecemos com a projeção dos principais indicadores do setor externo da economia brasileira para este ano (veja tabela).

O segredo do sucesso do real se resume na reposição permanente do estoque de **Reservas internacionais** (US$ 57,2 bilhões). Para tanto, precisa atrair enormes quantidades de capitais externos (que os economistas chamam carinhosamente de "poupança externa"). Trata-se dos US$ 25.4 bilhões listados na tabela na **Conta capital**, este saldo anual que mantém as **Reservas internacionais** e financia os rombos crescentes da **Conta corrente** (déficit comercial e pagamento de juros da dívida externa) - US$ 20 bilhões neste ano.

Mas, para manter essas **Reservas internacionais** estacionadas no Brasil, um país classificado pelo sistema financeiro internacional entre os cinco primeiros de **alto risco**, o governo tem que oferecer vantagens extras para os donos desse capital. Em primeiro lugar, oferece **ganhos financeiros extras**: quando um capitalista resolve aplicar seu capital no Brasil, é porque aqui ele vai receber juros de 20 % ao ano. Nos Estados Unidos ele receberia apenas 5%. Aplicando 100 dólares no Brasil em um ano, ele recebe de volta 120. Nos Estados Unidos retornaria apenas 105.

Mas neste ponto acontece a coisa mais importante do jogo. Quando esse capital chega no Brasil ele é convertido em reais, pela taxa de câmbio do dia. Digamos que esta seja US$ 1 é igual a R$ 1. Os US$ 100 ficam no Banco Central e o investidor usa os R$ 100 para comprar papéis do Tesouro, que pagam juros de 20% ao ano. Na hora de sair, os R$ 120 serão reconvertidos em dólar. Mas a que taxa de câmbio? Depende.

Se o Real não tiver sido desvalorizado, continua US$ 1 igual a R$ 1. Neste caso o investidor recebe US$ 120 e volta feliz para casa. E se o governo tivesse desvalorizado o Real em 20%? Neste caso, a nova taxa de câmbio seria US$1 igual a R$ 1,20. Quanto ficaria na mão do preocupado investidor? Exatamente R$120 dividido por 1,20, ou seja, US$100. Ou seja, mesmo que ele tenha recebido a remuneração de 20% sobre o seu capital, a mudança da taxa de câmbio faria com que seu ganho financeiro caísse para zero. O que ele ganhou com juros acabaria sendo engolido pela desvalorização do câmbio. E teria que se contentar com os mesmos US$ 100 com que entrou.

Essa relação **Juros/Câmbio** é muito importante. Pelas projeções acima, haverá uma desvalorização do câmbio de 6,6% neste ano, e uma relação **Juros/Câmbio** prevista de 19,6%. Isto representa o ganho financeiro líquido deste ano no Brasil. Casualmente, quase o mesmo que utilizamos em nosso exemplo acima. Para garantir este ganho dos investidores externos, o governo não pode desvalorizar o real acima destes níveis. Se fizer isso, tentando incentivar as **Exportações** e estancar o déficit da **Balança Comercial**, terá que aumentar também a taxa de juros, mais ou menos na mesma proporção. Esta seria uma política suicida, dada a armadilha da dolarização instalada, que levaria a economia para uma recessão de resultados imprevisíveis.

Setor externo da economia - projeção 1996

PIB (% de crescimento)	2,9
Investimento (% do PIB)	17,6
IPA-DI (% ano)	7,7
Taxa de Câmbio (% ano)	6,6
Juros/câmbio (% ano)	19,2
Exportação (US$ bilhões)	48,4
Importação (US$ bilhões)	52,6
Saldo da balança comercial (US$ bilhões)	-4,2
Conta corrente (US$ bilhões)	-20,0
Conta capital (US$ bilhões)	25,4
Reservas internacionais (US$ bilhões)	57,2

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 3/11/96

Reformas e privatizações entram no jogo

Não são apenas os ganhos financeiros extras que podem ser usados para seduzir os investidores externos. Existem também os ganhos de capital. Os mesmos US$ 100 do nosso exemplo poderiam, então, ser aplicados preferencialmente nas Bolsas de Valores e em papéis das empresas. Neste caso, a valorização das ações é o mais importante. Mas, para que esta valorização aconteça, é preciso favorecer ainda mais o capital privado.

É preciso que se acelere aquilo que os neoliberais chamam de "reformas": redução de impostos e de contribuições sociais, desregulamentação do mercado de trabalho, privatização da Previdência e de serviços públicos etc. O atrativo mais poderoso, entretanto, seria a privatização dos monopólios estatais mais lucrativos - Telebrás, Eletrobrás, Vale do Rio Doce... Então, os U$ 100 do nosso exemplo seriam valorizados não apenas com elevadas taxas de juros, mas principalmente com a absorção de "ativos" reais da economia. Mas também neste caso não se pode pensar em desvalorização do câmbio, para que o que se ganha de um lado não se perca de outro.

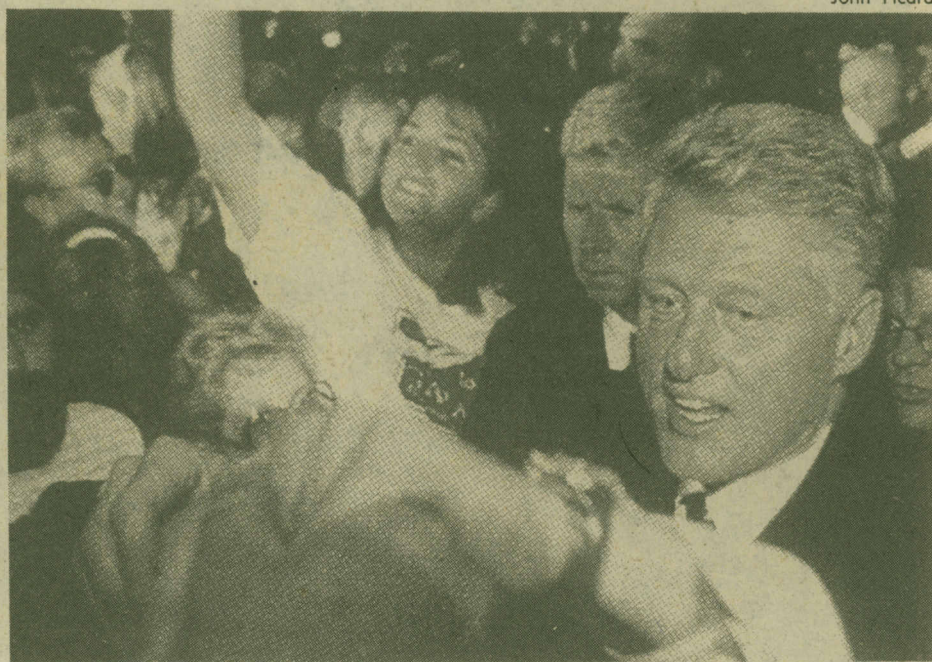
Bill Clinton vence e manterá cortes sociais

Wilson H. da Silva,
da redação

No dia 5 de novembro, Bill Clinton, do Partido Democrata, foi eleito para exercer a presidência dos Estados Unidos por mais quatro anos ao derrotar o senador Bob Dole, do Partido Republicano. Nessas mesmas eleições o partido de Dole manteve a maioria tanto no Câmara de Deputados, quanto no Senado.

Na eleição popular, Clinton obteve 49% dos votos; Dole teve 42% e ultra-conservador Ross Perot, do Partido da Reforma, 9%. Mas como o sistema eleitoral norte-americano determina que o candidato que obtem a maioria em um determinado estado leva todos os delegados desse estado para o "colégio eleitoral" que elege o presidente, Clinton foi eleito com 379 votos, contra 159 dados ao candidato republicano.

O presidente foi reeleito apesar das inúmeras suspeitas que pairam sobre seus negócios e, agora, sobre a proveniência de boa parte dos milhões de dólares que ele arrecadou durante a campanha, supostamente de forma ilegal, através de operações ilícitas em países como Indonésia e Malásia.

Aliás, gastos de campanha formam um capítulo a parte nas eleições norte-americanas: os candidatos à presidência gastaram US$ 1,6 bilhão para atrair os eleitores. Mas, contudo, não foram muito bem sucedidos. Cerca de 50% das pessoas capacitadas para votar simplesmente não foram às urnas.

John Ficara

Bill Clinton

Esse alto indíce de abstenção se deve em grande parte à insatisfação dos norte-americanos com a atual situação do país. Apesar de se vangloriar de ter criado 10 milhões de empregos, o governo Clinton é responsável por enormes ataques contra as condições de vida e trabalho da população norte-americana.

Partidos Democrata e Republicano estão cada vez mais parecidos

Hoje, calcula-se que 14,5% da população, ou seja, 35 milhões de pessoas, sejam pobres nos Estados Unidos e, segundo o *Jornal do Brasil*, de 6/11/96, *"20% das crianças do país mais rico do país vivem abaixo da linha de pobreza"*.

Por um lado, as empresas norte-americanas, empenhadas na aplicação dos planos do neoliberalismo, estão cortando milhares de postos de trabalho através de um programa conhecido como *downsizing* que atinge particularmente os trabalhadores menos qualificados.

Por outro, em agosto, Clinton, em aliança com a maioria republicana no congresso, aprovou um pacote de medidas que, praticamente destruiu o sistema previdenciário e a assistência social do país.

Entre os vários programas que estão sendo eliminados estão o da assistência às mães solteiras e o de auxílio-alimentação. Além disso, o acesso ao seguro desemprego e à assistência social em geral foi fortemente limitado.

Por essas e outras, não chega a surpreender que aqueles que foram às urnas tenham ao mesmo tempo votado em Clinton e numa maioria republicana para o congresso. Os dois partidos majoritários norte-americanos nunca se pareceram tanto.

Cortes sociais vão continuar

O *slogan* da campanha de Clinton foi *"uma ponte para século 21"*. Uma "ponte", contudo, que, se depender do presidente reeleito, jamais será atravessada por um setor enorme da população que a cada dia se vê mais pobre e com menos assistência do governo.

Na primeira declaração que deu depois de confirmada sua reeleição, Clinton prometeu dar continuidade ao seu plano de reforma da previdência e corte de gastos públicos.

De outro lado, em vários estados estão sendo implementadas medidas que também afetam profundamente a vida dos mais pobres.

Na California, por exemplo, em um plebiscito realizado juntamente com a eleição de 5 de novembro foi aprovada uma lei que proibe a utilização dos mecanismos da chamada "ação afirmativa" (que estabelece cotas para negros e mulheres) na admissão de trabalhadores nos serviços públicos e na educação.

São medidas como essa que explicam o protesto realizado por cerca de 100 mil latinos, em outubro, e a constante tensão racial que existe no país, pois são esses os setores mais atingidos pelas políticas de Clinton e seus aliados. (W.H.S.)

Manifesto pelo voto nulo no Rio

Reproduzimos abaixo o manifesto aprovado pela frente de partidos (PSTU, PT, PDT, PSB, PCdoB e PCB) que defendem o voto nulo no segundo turno das eleições no Rio de Janeiro:

O povo do Rio de Janeiro, que sempre teve um papel destacado de contestação às elites do país, hoje se depara com duas candidaturas conservadoras no segundo turno das eleições para a prefeitura: Sérgio Cabral Filho, do PSDB e Luis Paulo Conde, do PFL. Ambos foram produzidos sob intensa campanha de marketing, com o abuso do poder econômico e através do uso da máquina dos governos estadual e municipal. São representantes da continuidade da aplicação da política neoliberal — de privatizações, de desemprego e destruição do setor público — que beneficia os ricos e leva milhões de famílias ao desespero e à miséria crescente.

Não aos neoliberais

O PT, PDT, PSB, PC do B, PSTU e PCB, que no primeiro turno caminharam com candidaturas distintas e denunciaram os candidatos do projeto neoliberal, só têm uma alternativa neste momento: ***Votar Nulo.***

Votar nulo é reafirmar a defesa de empregos, salários e aposentadorias para todos; da saúde e da educação pública e gratuita; de transporte de qualidade; da reforma agrária; das estatais e serviços públicos.

Votar nulo é dizer um Não ao governo de Fernando Henrique e à sua tentativa de aprovar a emenda oportunista da reeleição. É dizer não à continuidade desta política de exclusão social e de privilégios aos banqueiros, grandes empresários, latifundiários e empreiteiras.

BÉLGICA *Greves e mobilizações em protesto contra assassinato de crianças*

300 mil foram às ruas em Bruxelas contra a "justiça"

Jan Vermeulen,
de Anderlecht, Bélgica

Publicamos abaixo os principais trechos de um artigo publicado pelo jornal Presse Internationale, *da Liga Internacional dos Trabalhadores, na Bélgica.*

No domingo 20 de outubro, houve uma manifestação de 300 mil pessoas em Bruxelas, em solidariedade às famílias de crianças assassinadas ou desaparecidas, e contra a "justiça" que se limita a vasculhar porões em busca de cadáveres, mas que, até agora, não achou um só "cliente" das redes de tráfico de crianças.

O juiz Connerotte, ecarregado do caso, recebeu provas de que redes de tráfico de crianças existem na Bélgica há pelo menos 25 anos. Mas então foi afastado do caso porque participou de uma macarronada com os familiares e amigos de Laetitia e Sabine (duas garotas que foram encontradas com vida, em um dos esconderijos de Dutroux), líder do grupo que assssinou 4 crianças.

Foi aí que estourou a raiva, a rebelião dos trabalhadores. No mesmo dia do afastamento do juíz, os trabalhadores da Volkswagen entraram em greve. E exigiram do sindicato que reconhecesse a greve e pagasse a indenização correspondente às famílias Russo e Lejeune, para ajudar em sua luta. Outras fábricas, companhias de transporte, empresas de todo o país seguiram o exemplo. Até 600 empregados de uma fábrica na Holanda entraram em greve.

A *Marcha Branca* foi bem mais do que um mero gesto em memória das crianças desaparecidas e assassinadas. Ela exprimiu que a população está farta da "justiça dos graúdos", farta de ser manipulada pelos "políticos", e até um certo questionamento de todo o nosso "sistema democrático". Como disse Carine Russo, mãe de uma das crianças desaparecidas, há um mês, *"contra essa vontade deliberada de manter um estado de falsa democracia. Entre ditadura e democracia, que diferença faz, se não passa de hipocrisia?"*

Foi o que a burguesia entendeu. Foi instalada uma Comissão de Inquérito no Parlamento, mas dela não podia participar quem tivesse manifestado simpatia pelas vítimas! Propõem até fazer uns retoques na Constituição, para melhor defender os direitos das vítimas num processo. Mas por enquanto, "não se pode fazer nada", e Connerotte fica afastado.

Essa grande vitória dos trabalhadores e da população na Bélgica demonstra que só a mobilização pode fazer "os grandes" se mexerem. Para esclarecer completamente, não apenas os crimes de Dutroux, mas também, e sobretudo, as responsabilidades de seus cúmplices e dos "clientes", em qualquer nível, e os culpados pelas "negligências", é preciso formar uma comissão de investigação **dos familiares e seus representantes, e dos trabalhadores que se manifestaram em seu apoio**.

B. Bisson

Marcha Branca em Bruxelas mobilizou 300 mil

Hoje queremos justiça...amanhã, emprego

A direção desse movimento é um grupo de trabalhadores, parentes das vítimas, firmemente apoiados por seus companheiros e por toda a população. Gino Russo, o pai de uma das vítimas, é *"um homem de esquerda, um militante sindical capaz de levar uma luta contra todos os poderes, canalizar o movimento e dar-lhe sentido"*, como diz um de seus companheiros de fábrica.

Como disseram os trabalhadores da Volkswagen numa entrevista pela TV: isto não vai parar por aqui! Ou como já dizia a mãe de Elizabeth Brichet, numa entrevista coletiva em 13 de setembro: *"É uma onda que está se formando. Esta onda vai quebrar com força, lavando tudo"*. Ou como os companheiros de Gino, os metalúrgicos da Ferblatil, no dia da Marcha: *"Nos levantamos para exigir mais justiça, para atacar os problemas da sociedade. Amanhã vamos nos levantar pelo emprego"*.

"A quem estão protegendo?"

Em setembro passado foram descobertos os corpos de An, Eefje, Julie e Melissa, quatro garotas, entre 10 e 18 anos, que haviam sido violentadas, torturadas e assassinadas por um grupo liderado por Dutroux. O crime causou comoção mundial e revelou a existência de uma rede de tráfico de crianças, pornografia infantil e assassinatos que, certamente, está relacionada com o desaparecimento de inúmeras outras crianças.

Em agosto de 1995, quando Paul Marchal foi denunciar o desaparecimento de sua filha An, a polícia de Westende (cidade balneária onde foram sequestradas An e Eefje) fez pouco caso dele. O mesmo já tinha acontecido com as famílias Russo e Lejeune, que tinham entrado na luta para encontrar as meninas Melissa e Julie, desaparecidas dois meses antes. Os companheiros de trabalho de Gino Russo tiveram de paralisar a fábrica para que a polícia se decidisse a agir.

Um juiz, Connerotte, levou esses casos a sério, e conseguiu salvar a vida de outras duas vítimas de Dutroux, Laetitia e Sabine. Essas famílias de trabalhadores bateram em muitas portas. Mas foi junto de seus companheiros que encontraram a força — e as condições materiais — para continuar na luta. Gino Russo, operário da Ferblatil (Cockerill-Sambre) pôde se afastar do trabalho e dedicar todo o seu tempo à busca de Julie e Melissa, porque os colegas da fábrica lhe garantiam o salário.

E foi só depois de mobilizarem 300 mil pessoas que eles conseguiram finalmente ser recebidos pelo primeiro-ministro, no domingo de tarde.

Até agora, não se publicou um só nome de "cliente" da rede! E como disse um operário da Volkswagen, "não é um trabalhador que pode se dar a esses luxos". Como falavam no meio da multidão de 300 mil, "a quem estão protegendo?" (J.V.)

CAMPANHA

Atos exigem liberdade de presos políticos argentinos

Dia 8 de novembro, partirá para Neuquen, Argentina, uma delegação brasileira que exigirá a liberdade dos presos políticos daquele país que serão julgados no dia 11 (veja matéria abaixo). Esta comissão é formada por Dirceu Travesso, da Executiva Nacional da CUT, Luciana Genro, deputada estadual do PT (RS) e outros parlamentares e dirigentes sindicais.

Também no dia 8, haverá uma audiência com o cônsul argentino em **Porto Alegre** (RS) que será acompanhada por uma manifestação de rua. Em **São Paulo** também haverá uma manifestação em frente ao consulado, com a presença do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e representantes da Central Única dos Trabalhadores, da União Brasileira de Estudantes Secundaristas e da União Nacional dos Estudantes.

Em **Brasília**, no dia 11 de novembro, haverá uma audiência com o embaixador argentino e um ato com a participação de diferentes entidades do movimento sindical, popular e estudantil, além de representantes de vários partidos polticos.

Fernando de França

Em **Fortaleza**, também no dia 11, será realizada uma audiência pública, na Assembléia Legislativa, onde serão apresentadas as declarações e os abaixo-assinados que reivindicam a liberdade dos presos polticos argentinos.

No mesmo dia, em **Belo Horizonte**, o **PSTU** e outras organizações políticas, sindicais e estudantis também realizarão um protesto no consulado argentino. No **Rio de Janeiro**, no mesmo dia ocorrerá no dia seguinte, com a participação dos partidos que integram a frente pelo voto nulo (**PSTU**, PT, PCdoB, PCB), sindicatos e entidades estudantis.

No mesmo momento em que essas e outras manifestações estiverem ocorrendo no Brasil, trabalhadores e jovens estarão nas portas dos consulados argentinos em diversos países do mundo, exigindo a imediata libertação dos presos políticos do governo Menem. Esses atos respondem a um chamado por solidariedade internacional feito pela *Liga Internacional dos Trabalhadores* (LIT) organização com a qual o **PSTU** mantém relações fraternais.

Julgamento será dia 11

No dia 11 de novembro será realizado o julgamento de Horacio Panario, Alcides Christiansen, Basilio Estrada e todos os perseguidos políticos que participaram das mobilizações na cidade de Neuquen, na Argentina, em outubro do ano passado, reivindicando o pagamento de auxílio desemprego e a criação de empregos para todos.

O julgamento dos companheiros faz parte de um plano nefasto do governo Menem: utilizar a repressão policial e a "justiça" contra os trabalhadores que se organizam para lutar contra a fome e a miséria. Ou seja, através dos companheiros de Neuquen, o governo quer intimidar o povo argentino.

Prova disto é o fato de que a acusação que pesa sobre os companheiros é a de "coerção agravada" (que significa que "funcionários do governo foram forçados a fazer algo contra sua vontade"). Essa acusação pode resultar em uma condenação de cinco a dez anos de prisão e não prevê a possibilidade de liberdade condicional.

Horacio, Alcides, Basilio e todos os que estão sendo perseguidos não estão sozinhos na luta por sua liberdade. Junto com eles estão trabalhadores, estudantes e personalidades da Europa, da América Latina e de outros países do mundo, que se pronunciaram contra a prisão dos companheiros, enviando cartas, telegramas e faxes ao governo exigindo que a luta dos trabalhadores não seja considerada caso de polcia.

No último domingo, no jornal *Página 12*, da Argentina, foi publicado um abaixo-assinado exigindo a liberdade dos companheiros. Nele constavam as assinaturas de diferentes personalidades e entre elas estavam as dos presidentes da CUT, da Une e o da Ubes, assim como o da deputada estadual do PT-RS, Luciana Genro.